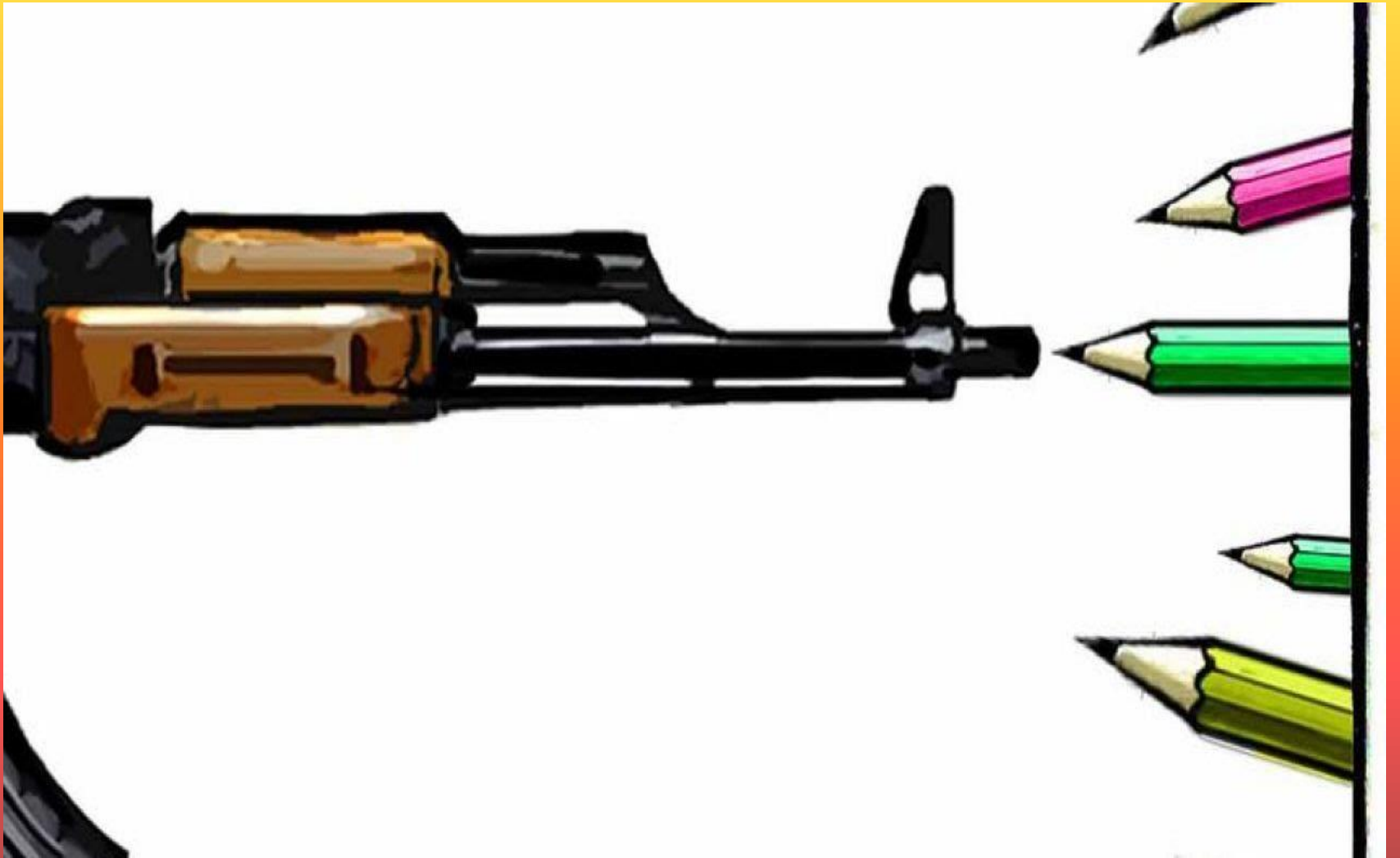


ESTATUTO DO DESARMAMENTO!!!

Prof. Ana Maria Bernadelli



Em discussão



**A Câmara dos Deputados
instala nesta terça-feira
(14/04/2015) uma comissão
especial para debater o projeto
de lei **3722/2012**, que revoga o
Estatuto do Desarmamento e
estabelece regras mais brandas
para o porte de arma de fogo.**



PARADOS!
VOU PRENDER
VOCÊS!

EXPERIMENTA!
EXPERIMENTA!
EXPERIMENTA!

www.humorfadela.com.br

ANDERSON LIMA

"Esse projeto é importante porque a própria Constituição dá o direito de autodefesa para o cidadão. Eu não quero armar a população, quero que as pessoas com condições técnicas para isso possam ter o acesso às armas."

**Deputado Peninha Mendonça (PMDB-SC),
autor da proposta**

CAMPANHA DE DESARMAMENTO
"ENTREGUE SUA ARMA
E GANHE UMA CESTA BÁSICA"



www.humortadela.com.br

O texto do projeto torna automática a concessão da arma, com porte pelo período de oito anos, se o requerente cumprir os requisitos legais. *As exigências são:*

1. ter mais de 21 anos; (atual 25 anos)

2. não possuir antecedentes criminais pela prática de infração penal dolosa;

3. não estar sendo investigado em inquérito policial por crime doloso contra a vida ou mediante coação, ameaça ou qualquer forma de violência;

4. ter participado com êxito de curso básico de manuseio de arma de fogo e iniciação ao tiro;

5. e estar em pleno gozo das faculdades mentais, comprovável mediante atestado expedido por profissional habilitado.

SOU CONTRA AS ARMAS.
POR EXEMPLO: NUNCA VI
UM PARLAMENTAR CORRUPTO
ASSALTAR OS COFRES PÚBLICOS
USANDO UMA ARMA.



Pelo Estatuto do Desarmamento, após comprovar o cumprimento dos requisitos o requerente também precisa demonstrar a necessidade de ter a arma. A decisão final sobre a concessão do porte é da Polícia Federal.



AÍ GENTE BOA,
DEPOIS PASSA
A CARTEIRA
E O CELULAR!

DESARME/SE
AQUI

Donifácio
15.07.12
CORREIO DE
SERGIPE

“No regime atual, a pessoa passa por isso tudo e ainda assim depende de decisão da Polícia Federal. Queremos acabar com a discricionariedade.

Se passar por todos esses pedidos, terá o direito automático à arma”.

Deputado Peninha Mendonça.

DESARMAMENTO?

MESMO COM A CAMPANHA
DO DESARMAMENTO,
O GOVERNO DISSE QUE
NÃO SABE CALCULAR
QUANTAS ARMAS ILEGAIS
EXISTEM NO BRASIL...

QUÁ, QUÁ, QUÁ!
POIS A BANDIDAGEM
SABE CALCULAR E
ATÉ ONDE COMPRAR!



O projeto prevê que cidadãos com licença de porte poderão andar com a arma pelas ruas.

O Estatuto só autoriza a andar armados nas ruas os policiais, militares e profissionais que precisam da arma para trabalhar.

O porte ilegal de arma de fogo é crime inafiançável e pode levar a até seis anos de prisão.



Outra mudança prevista pelo projeto é a autorização para que o cidadão tenha até 9 armas e cerca de 5.400 munições por ano.

Será autorizada ainda a publicidade de armas e munição, o que hoje é proibida.

É POR ISSO
QUE SOU A FAVOR DO
DESARMAMENTO!

NÃO PODEMOS
NEM TRABALHAR
TRANQUILOS!

ANDRÉ



Críticas

“Revogar a lei é colocar a vida de todos os brasileiros em risco [...]. Mais cidadãos armados não trazem nenhum impacto para a redução de crimes patrimoniais e ainda contribuem para um aumento dos homicídios.”

Ivan Marques, diretor-executivo do Instituto Sou da Paz

ELES SÃO
MENORES DE 18,
MAS JÁ TÊM...



Doze organizações ligadas à sociedade civil lançaram um manifesto contra a revogação do Estatuto do Desarmamento.

O documento é assinado por entidades de defesa dos direitos humanos e contra a violência, como Viva Rio, Instituto Sou da Paz, Conectas, Instituto Igarapé, além de secretários de Estado e especialistas da área.

Miséria, fome, ausência do Estado, drogas, convívio com marginais, educação precária, pais ausentes, impunidade...

E o problema são as armas de brinquedo?



Para o Instituto Sou da Paz, "o argumento de que mais cidadãos armados ajudam a reduzir crimes é falacioso".

"Mais cidadãos armados não trazem nenhum impacto para a redução de crimes patrimoniais, e ainda contribuem para um aumento dos homicídios", diz **Juan Marques.**





favorável à revogação do Estatuto do Desarmamento foi amplamente tomada por deputados da Frente Parlamentar da Segurança Pública, também conhecida como "Bancada da Bala", atualmente composta por mais de 240 legisladores.

Além do Estatuto, os objetivos principais do grupo são a mudança da maioria penal e a "valorização das forças de Segurança".

A principal crítica dos opositores em relação à revogação é exatamente esta: de que a pressão para mudar a atual legislação é puramente baseada em interesses financeiros.

Se aprovado na Câmara, o projeto passa para o Senado e, por fim, para a presidente Dilma Rousseff, a quem cabe o poder de sancioná-lo ou vetá-lo.

Aqueles favoráveis à revogação do estatuto contra argumentam dizendo que as autoridades responsáveis pela segurança pública não conseguem cumprir suas obrigações na sociedade, o que daria direito aos cidadãos de se defenderem da violência por seus próprios meios. Como diz Bené Barbosa, presidente da Viva Brasil, principal ONG pró-armamentista do País, "se a pessoa tem a casa invadida e não tem uma arma, a chance de proteção é zero. Isso não pode acontecer".

Apesar da queda de concessões desde o início da aplicação da lei, relatórios da PF mostram que nos últimos 11 anos 72 mil registros de armas para defesa foram concedidos a civis no País – ou seja, eles são viáveis. O Exército Brasileiro ainda confirma a venda de 500 mil armas no período em território nacional.

"Acho que estamos voltando ao estado medieval com essas ideias. Afinal, avançamos em tantas coisas em nossa democracia e, infelizmente, ainda não conseguimos discutir segurança pública com equilíbrio entre o direito e o dever", analisa Regina Miki, secretária nacional de segurança pública do Ministério da Justiça.

A violência só gera violência. Se a sociedade quer exigir que o Estado lhe dê mais segurança, ela tem de fazê-lo. Mas fazer lei por fazer não muda em nada a situação.

Pelo contrário. Não podemos ter um exército de brasileiros na rua, sem comando, com potencial para se tornarem vítimas de furto de suas armas e de mortes como consequência de tê-las."

Os pró-armamentistas alegam que o estatuto só prejudica a população de bem, pois bandidos conseguiriam suas armas por meio de contrabando do exterior, o levantamento mostra que 40% das armas usadas para práticas de roubo e homicídio apreendidas entre 2012 e 2013 na capital paulista tinham origem legal – ou seja, foram vendidas legalmente para alguém com registro e, posteriormente, caíram nas mãos de criminosos. Além disso, 54% delas eram nacionais.



O fato que a guerra ideológica busca camuflar é que, depois do Estatuto do Desarmamento, os índices de criminalidade no país pioraram. Os números do Mapa da Violência, que recebem a chancela do Ministério da Justiça, são claros: nos nove anos já computados após a vigência do estatuto (2004 a 2012), a taxa média de homicídios no Brasil foi de 26,80 a cada 100 mil habitantes – acima dos 26,44 por 100 mil dos nove anos anteriores a ele (1995 a 2003).

Registre-se que a análise é da taxa, ou seja, a proporção de mortes intencionais dentro do universo populacional, computada sua evolução.

O fato que a guerra ideológica busca camuflar é que, depois do Estatuto do Desarmamento, os índices de criminalidade no país pioraram

Desarmamento não diminuiu criminalidade no Brasil. Número de homicídios praticado com arma de fogo aumentou 6,95%. País é o 11º mais violento do mundo



Desde que o Estatuto do Desarmamento foi implantado, o número de homicídios praticado com arma de fogo aumentou 6,95%. (* O Brasil tem o maior número absoluto de homicídios do mundo, [segundo a OMS](#): 64 mil em um ano.)

A taxa de homicídios brasileira é de 26,8 casos por 100 mil habitantes. A taxa mundial é de apenas 6,2 mortes por 100 mil habitantes.

RANKING DOS PAÍSES MAIS INSEGUROS



No Brasil, lamentavelmente, existe um ditado muito verdadeiro: “a corda estoura sempre do lado mais fraco”. De acordo com reportagem disponível no site da Câmara dos Deputados mais de **7,3 milhões de brasileiros deveriam ser presos por posse ilegal de arma de fogo**. Ocorre que devido às longas distâncias das delegacias do Sinarm (Sistema Nacional de Armas) e aos altos custos dos testes de renovação milhares de cidadãos acabaram não procedendo à revalidação tri-anual de seus registros de posse, logo, **são criminosos de acordo com o art. 12 do Estatuto do Desarmamento**. Dentro desta parcela de “marginais” encontram-se membros do judiciário, delegados de polícia e até mesmo um governador, porém, inserem-se de igual forma neste contingente parte da população mais pobre da nação como os ribeirinhos, quilombolas, indígenas e pequenos agricultores que dependem do uso de armas longas para obter alimento.

PROPOSTA:

A discussão sobre o uso de armas no Brasil, objetivando armar a população civil, provoca polêmica entre defensores e opositores da medida.

As discussões acerca do problema levam a população a refletir sobre as reais causas da Violência.

Elabore um texto sobre o assunto – Estatuto do Desarmamento

- assumindo uma posição a respeito do problema.

Não se esqueça de apresentar proposta de intervenção segundo posicionamento escolhido.

Você é favorável ao desarmamento da população?



Você é favorável à revogação do Estatuto do Desarmamento?